

6- IDENTIDADE, PRECONCEITO E PAPEL SOCIAL

*“Joga pedra na Geni
Joga pedra na Geni
Ela é feita pra apanhar
Ela é boa de cuspir
Ela dá pra qualquer um
Maldita Geni”*

Geni e o Zepelim- Chico Buarque

Para entender o fenômeno da prostituição, deve-se observar sua identidade e seus papéis sociais, que são frutos de diversos preconceitos. Além disso, cabe ressaltar que uma prostituta não executa sua profissão todo tempo: assim como qualquer mulher que trabalha fora, ela também tem outros papéis sociais. Só que por meio do preconceito, a sociedade tende a discriminá-la com mãe de família ou até como cidadã, simplesmente por ser meretriz.

Torna-se necessário falar de “identidades no plural”, podendo cada agente social, seja individual ou coletivo, atualizar, mobilizar ou produzir identidades em função do contexto. Epstein (1978) caracteriza identidade como algo plural, ocorrendo uma simultaneidade de personalidades, ou seja, o sujeito não teria uma única identidade, mas múltiplas identidades de acordo com os múltiplos papéis sociais que exerce. A identidade estaria na dimensão da percepção do self, processo pelo qual o sujeito procura integrar seus vários status e papéis, bem como suas experiências diversas em uma síntese. Hall (2004) acrescenta que o sujeito assume identidades diferentes em momentos distintos, identidades estas que não são unificadas em torno de um eu coerente. Existindo em cada sujeito identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que as suas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Mayorga (2007) complementa que esta construção social e cultural da identidade cria oposições binárias, dividindo o sujeito em aqueles que pertencem a um grupo e aqueles que não pertencem, marcando relações de igualdade e de diferença entre os sujeitos. Tal processo é influenciado por relações de poder e hierarquia, discernindo identidades que possuam conotações positivas das negativas de acordo com aquele grupo social. A partir

disso, a identidade vista como “normal” e “positiva”, também é desejável e forte, sendo naturalizada. Já as estigmatizadas são o desvio, as fora da norma.

Goffman (2008) explica que quando conhecemos uma pessoa, os primeiros aspectos dela nos possibilitam prever sua identidade social. A partir dessas preconcepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso, fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo deveria ser. Logo, as exigências que fazemos poderiam ser denominadas de demandas feitas efetivamente, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial, uma identidade social virtual. A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real. Estigma seria uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real, utilizado como referência a um atributo profundamente depreciativo. Acredita-se que alguém com estigma não seja completamente humano, atribuindo a ele vários tipos de discriminação e construindo uma teoria para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ele representa. A mulher aparece, em diversos textos da literatura ao longo da história, como um ser inferior devido a sua condição de gênero, alguém que deveria ser submetida às ordens e desejos dos homens. A prostituta teria uma condição ainda mais inferior, pois além de ser mulher, ela era pobre e ainda estava tendo uma vida mundana, propensa a ter doenças venéreas - deveria ser tratada, então, como uma escrava sexual. Não estaria seguindo as normas da instituição da família, as quais predizem que ela deveria se casar e se dedicar a família e a casa. Ela era o escarro da sociedade, no final do século XVIII e início do século XIX conforme visto no capítulo 1, um mal que só persistia por ser necessário para saciar os anseios sexuais dos homens e preservar a virgindade das meninas nobres. Esse tipo de desvio, em que os indivíduos se recusam a aceitar o lugar social que lhe é destinado – o da mulher que deve obedecer ao marido e ser esposa e mãe- e que agem de maneira irregular no que se refere a nossas instituições básicas, é conhecido como desafiliados.

Gaspar (1985) explica que em relação à prostituição, o papel social desempenhado sintetiza as características do indivíduo, cristalizada em uma só identidade. Entende-se “papéis sociais” como

“(...) padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar (...) através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é ser considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas” (Louro, 1997, p. 24).

Entretanto, não é desta forma que as prostitutas se vêem. Há uma tensão entre o aspecto totalizador da prostituição e um espaço para a elaboração pessoal sobre este papel e todos os outros desempenhados. Já outros autores, como Mckeganey e Barnard (1996), debatem a respeito da identidade do uso do mesmo corpo para obtenção de recursos financeiros e relacionamentos amorosos. Alegam que as prostitutas manipulam sua identidade estigmatizada a fim de separar o trabalho sexual com clientes das relações sexuais com seus parceiros não-clientes, recorrendo à estratégias, tais como nome de guerra e uso de rituais. Segundo Goffman (2008), pessoas perseguidas socialmente, que tenham uma importante ruptura com o mundo, como as prostitutas, tem interesse em adquirir uma identidade pessoal que não seja a sua ou em se desvincular de sua identidade original. Rago (2008) enfatiza que o significado simbólico da mudança de nome é forte, pois vem acompanhado, de um lado da perda do sobrenome que vincula a família e, por outro, por toda metamorfose de sua identidade corporal. Afinal, a prostituta além de trocar de nome, também muda a cor do cabelo, encurta e decota as roupas, passa a se maquiar com mais extravagância. Da mesma forma, aprende uma maneira de falar e conhece gírias do meio, se adaptando de diversas formas ao universo a que está pertencendo. Um exemplo de ritual é a proibição da sensação de prazer durante a relação com clientes para que seja clara a separação de trabalho e “lazer”. Castro (1993) afirma que essa dicotomia vai além da parte sexual, num antagonismo radical entre dois mundos: o de “fora” e o de “dentro”. O mundo de fora é representado por um conjunto de valores associados a um modelo definido e definitivo de comportamento moral. Já o mundo de dentro, vivido no meio do meretrício, tem valores e expressões de comportamento completamente diferentes aos do mundo de fora. A divisão dos dois mundos simbólicos de conduta moral acaba tomando contornos de espaços físicos. E Goffman (2008) complementa que essa divisão do mundo do indivíduo em lugares públicos e lugares retirados estabelece o preço que se

paga pela revelação ou pelo ocultamento e o significado que tem o fato de o estigma ser conhecido ou não. DaMatta (1997) destaca que tudo aquilo que é um paradoxo, um conflito ou uma contradição para a sociedade, como as regiões de meretrício, são escondidos, jamais concebidas como espaços permanentes ou complementares às áreas mais nobres. O estigma exige que a prostituta seja cuidadosamente reservada em relação a seu “defeito” com uma classe de pessoas, por exemplo sua família, ao mesmo tempo em que se expõe sistematicamente a outras classes, clientes, contatos, donas-de-casa, etc. DaMatta(1997) sugere, então, uma diferença entre rua e casa que demonstra de forma clara as separações de conduta do sujeito nas diferentes situações:

“Mas todos sabemos que a casa demarca um espaço calmo, dominado por um grupo social que, no Brasil, é concebido como “natural”. Realmente, entre nós a família é igual a “sangue”, “carne” e tendências inatas que passam de geração a geração, pois uma pessoa “puxa” e “sai” como a outra, isto é, como seu pai, mãe ou avós

(...) Em todo caso, se a casa distingue esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que define a nossa idéia de “amor”, “carinho” e “calor humano”, a rua é um espaço definido precisamente ao inverso. (...) A rua é um lugar perigoso.

(...) é na rua que devem viver os malandros, meliantes, os pilantras e os marginais em geral – ainda que esses mesmos personagens em casa possam ser seres humanos decentes e até mesmo bons pais de família. Do mesmo modo, a rua é o local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos, conforme diz o ditado tantas vezes citado em situações onde não se pode mais dar sentido por meio de uma ideologia de casa e da família; contextos, repito, onde não se pode mais utilizar como moldura moral a vertente relacional e hierarquizante de nossa constelação de valores.” (p55-57)

Segundo Freitas (1985), existem três tipos de identidade da prostituta construídos através de critérios físicos, morais e afetivos.

Os aspectos físicos ou geográficos se associam a uma integração social e familiar. Prostitutas de rua se consideram mais próximas de suas famílias do que as de bordel, o que caracteriza uma proximidade moral. Prostitutas de bordel praticamente se desvinculam da sociedade, mantendo-se distante inclusive de sua família, o que reforça uma distância moral. A dicotomia rua-bordel supõe também um jogo de rotulações, no qual as prostitutas de cada domínio reivindicam o status de “menos expostas” do que as outras. As de rua reivindicam menos exposição do que as de bordel por não constituírem o

objeto específico da atenção das pessoas que circulam no ambiente. As prostitutas de motel seriam menos expostas do que as outras modalidades de bordel por exercerem suas atividades em estabelecimentos fechados e seriam menos expostas que as de rua por não estarem em contato direto com o público. As que trabalham em rendez-vous teriam reivindicações similares as de motel em relação às de rua e seriam menos expostas do que as garotas da zona porque há maior rotatividade de cliente do que na zona, há menos exposição do corpo na espera por clientes e não aparentam ser objetos em exposição como as de zona. Portanto, quanto mais se consideram menos exposta, menor a imagem de prostituta lhes parece, ou ainda, lhes garante uma identidade de prostituta de um status moral mais elevado.

O critério moral está vinculado com a imagem social que a prostituta representa. As prostitutas de rua são as mais rotuladas como imorais, pois não há agente do mundo da prostituição que garanta a validade prática de qualquer padrão de moralidade. São consideradas como portadoras de DSTs, perigosas e drogadas, que geralmente vão para os quartos com navalhas para roubo e não respeitam as pessoas na rua. Já as prostitutas de bordel têm as cafetinas como um filtro que mantém o controle sobre os padrões de conduta. Portanto, há, segundo esse critério, uma dicotomia entre prostitutas com moral e prostitutas imorais e a presença de um ator específico (cafetinas ou rufiões) tem o poder de assegurar a validade prática de padrão de moralidade. As prostitutas de motel, em contrapartida, não têm a família como referencial de moralidade, como as demais, e sim sua estratificação social. Devido ao alto padrão social da clientela é requerido que essa classe de garotas tenha um traquejo social que, aliado aos altos rendimentos, constitui recursos que neutralizam a precariedade moral da condição de prostituta. Possuem um padrão de se assumir, explicitando sua identidade em qualquer contexto sem deteriorá-la. Aquela que a encobre é considerada “escrota” tal como aquela que a expõe de forma indecorosa.

Por fim, o critério afetivo está relacionado com o padrão de afetividade que as prostitutas mantêm com os outros personagens de seu meio. Com os clientes há uma maior neutralidade afetiva, pois a idéia de que o programa não é nada mais do que algo comercial é incorporada por todas as classes de prostituição. Contudo, há uma contradição desta neutralidade, pois os clientes são um dos seus pontos de contato com o mundo externo e objeto de satisfação

de algumas demandas afetivas. Entre as garotas, os laços afetivos são de caráter mais utilitário, não havendo confiança e lealdade nas relações de amizade. Com os rufiões há uma ambiguidade afetiva: ao mesmo tempo em que eles lhes dão satisfação sexual e são canais de sociabilidade muito importante, eles são também um investimento afetivo sem retorno. Já a cafetina é quem propõe os limites éticos de conduta às prostitutas, sendo para essas últimas um modelo a seguir. Embora sejam criados, muitas vezes, vínculos afetivos estreitos entre as donas das casas e as suas meninas, há uma distância hierárquica para que esses sólidos laços se estabeleçam. Por fim, com a sua família, ator de fora mais importante, há a possibilidade de negociar uma identidade ou status que não incorpore a condição moralmente precária da profissão. Ou seja, na frente dos familiares, as prostitutas conseguem se afirmar como uma pessoa “normal”, o que pode ocorrer na medida em que a prostituição dá acesso a padrões de consumo socialmente valorizados.

Na prostituição, a regra de construção da identidade feminina é transgredida pela perda da virgindade e da manutenção de relações sexuais com vários parceiros por dinheiro. O estigma, conseqüentemente, surge definindo a identidade da prostituta (Gaspar, 1985).

Goldwasser (1979) define estigmatização como uma forma de categorização social que um grupo ou indivíduo reconhece outro de acordo com determinadas características seletivas distinguidas como negativas pelo sujeito classificante. Tal conceito se aproxima da noção de “desvio social”, ou seja, um afastamento de um padrão de conduta considerado aceitável. Velho (2003) complementa que o desvio é algo que está inserido na sociedade, que deve ser controlado, pois se não for reprimido, ameaçará a mesma. Portanto, passa a ser visto não só como um estigma moral, mas também como um problema social. Goffman (2009) acredita que *“a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados.”*

A partir desse raciocínio, a prostituição é uma atividade socialmente desviante por não estruturar a sexualidade feminina em relações de parentesco típicas, as quais são incentivadas pela moral dominante na sociedade que valoriza relacionamentos estáveis, sem trocas constantes de parceiros sexuais,

visando o casamento, à vida comum e à reprodução. É como se a prostituta fosse uma mulher desprovida de alguns traços mais distintivos do gênero feminino: carente de laços de vivência afetiva, não é merecedora de vivência conjugal, do convívio familiar e da maternidade. Ou seja, uma mulher que não se espera que conheça ou desempenhe os papéis sociais que a cultura reservou ao gênero feminino, seja como filha, mãe, irmã, esposa ou dona de casa (Leite, 2002).

O estigma da prostituição é uma construção ideológica para explicar sua inferioridade e demonstrar o perigo que ela representa (Goffman, 2008). Sua imagem resume o bem e o mal, a bondade e a esperteza, a pureza e a decadência (Rago, 2008). Goldwasser (1979) complementa que a categoria “prostituta” muitas vezes é classificada como impura, contaminadora, sem discernimento próprio, sendo incapaz de determinar seus próprios interesses, de vontade lábil, turbulenta, agressiva e socialmente inferior. Souza (2000) acrescenta que a prostituição também é comparada ao lixo e ao esgoto ao longo dos séculos. O estigmatizado, no caso a prostituta, devido aos padrões por ele incorporados, se torna suscetível ao que os outros vêem como defeito, levando-o a concordar que é inferior ao “normal e esperado”. A prostituta passa, então, a sentir vergonha, pois se sente impura e racionaliza uma animosidade baseada em diferenças como o sexo e as desigualdades entre grupos sociais (Goffman, 2008).

Segundo Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009), o preconceito pode ser apresentado de uma forma sutil através da atribuição de causalidade. Pela observação de uma ação, podem-se fazer deduções preconceituosas a respeito dos motivos que possam ter causado aquele comportamento. A imagem sexual da prostituta, portanto, é vista como pública, por ter relações sexuais com vários homens. As mulheres, devido à sua ocupação, passam a ser consideradas impuras, desonestas, e seus corpos, passíveis de violação. Essas noções se articulam com a categoria de gênero e com os sistemas familiares havendo padrões a serem seguidos pelas mulheres “de bem”. Assim, pode-se acreditar que a única opção ao exercício da prostituição, algo visto como tão degradante, é que a mulher vendeu o seu corpo e aceitou essa submissão (Weeks, 1985).

Todavia, Kempadoo (1998) reflete que ser prostituta não é uma identidade, uma característica social ou psicológica, mas sim uma forma de trabalho ou uma ocupação rentável. Ou seja, a prostituição é uma parte da vida

do sujeito e não seu modo de ser. De acordo com seu raciocínio, sugere o uso do termo “trabalhador/a do sexo”, que está relacionado a lutas por reconhecimento do trabalho, direitos humanos e condições decentes de executar sua atividade, enfatizando a flexibilidade e variabilidade de formas de prostituição.

Juliano (2005) afirma que as prostitutas, muitas vezes, são vistas como vítimas, enganadas ou manipuladas por homens que a fizeram entrar nessa profissão. Além disso, sua imagem nos meios de comunicação é denegrida, sendo notícia somente quando estão envolvidas em alguma situação criminal ou que reforçam os seus prejuízos. Podemos ver um exemplo disso no comentário de Sandra Azeredo em um relatório da ANPEPP:

“Esta minha posição de mulher de classe média determinou em grande parte minha visão da prostituição no início do projeto. Para nós, as prostitutas eram escravas, sem escolha, vítimas de um destino que lhes era imposto pelo fato de serem mulheres vivendo uma situação econômica extremamente precária. Só com o desenvolvimento do projeto e nosso contato direto com mulheres que trabalham na prostituição fomos podendo entender que a questão da escolha da prostituição é tão ou mais complexa que a escolha de outros tipos de ocupação. Não é de estranhar que a questão da escolha sempre apareça associada à prostituição e que se pergunta tanto às prostitutas se elas escolheram (e por que escolheram) ser prostitutas.”(p 149, 1996)

A visão da pesquisadora estava inserida em um contexto histórico que construiu o imaginário social a respeito das prostitutas. O senso comum ainda tem a tese de que a prostituição é um mal necessário, necessidade física de sobrevivência, doença, causa inerente ao sistema capitalista e uma falta de vergonha. A sociedade não consegue assumir que pode se tratar de uma opção, que a mulher é responsável pelo ato de estar ali. Aquela mulher não quis viver com o dinheiro que uma faxina ou um outro emprego dito “comum” poderia lhe dar, pois tal remuneração mensal poderia ser ganha num só dia na prostituição. Ou ainda, aquela mulher que se tornou prostituta pode gostar daquilo que faz, tendo realmente escolhido estar ali. Gabriela Leite, conhecida líder do movimento de prostitutas e fundadora da ONG Davida e da grife Daspu, trocou sua vida de estudante da USP e secretária executiva para tornar-se prostituta e, mesmo com todas as dificuldades sociais que essa opção lhe acarretou, permaneceu na profissão até o momento que escolheu sair da prática sexual para a prática social de defesa de direitos das meninas:

“Entre o bar Redondo e luxuoso hotel Hilton havia uma boate de prostituição extremamente chique: La Licorne. (...) A movimentação da mulheres começou a me chamar atenção. Elas chegavam nos melhores carros, com vestidos longos e sensuais, bem maquiadas e perfumadas, com aura das divas do cinema de Hollywood. Entravam na boate e eu ficava imaginando o que acontecia lá dentro. Eu estava me achando muito bonita pela primeira vez na vida. Tinha perdido o complexo de patinho feio e comecei a me imaginar como elas, saindo de um carro, elegante e perfumada, dando tchauzinho para os meus amigos do Redondo e entrando maravilhosa na boate para atender meus homens.” (Leite, pp 51, 2009)

Leite (2009) enfatiza, inclusive, que os ganhos da prostituição são muito sedutores e estimulam a permanência, apesar dos próprios valores:

“Em todo caso, naquele dia voltei para o pensionato na Amaral Gurgel, onde morava, com um bom dinheiro. Num único dia ganhei o que ganhava por mês no meu emprego na Shell. O que daria para bem mais do que o aluguel atrasado.” (Leite, 2009, p 54-55)

“Mas apesar de toda a disposição para trabalhar na prostituição, eu ainda enfrentava muitas contradições internas. Estava muito difícil encarar o significado da minha opção radical de vida. Ainda me sentia perdida, sem saber se continuava ou não. Me deparei com meus próprios preconceitos e estigmas. Apesar de estar ganhando dinheiro, me sentia suja e envergonhada pelo que estava fazendo” (Leite, 2009, p 55).

A autora demonstra o quanto é difícil sair da prostituição:

“A essa altura, a militância e o trabalho no ISER me tomavam muito tempo, e a Vila Mimososa passou a ser somente minha casa e meu descanso.

Eu morava na zona havia vinte anos. Abri mão da vida comum e mergulhei de cabeça naquele mundo. Primeiro, São Paulo. Depois, Belo Horizonte. Agora, Rio. A cultura da boemia da zona estava entranhada em mim. Ali era um lugar onde as pessoas iam viver livremente coisas que do lado de fora escondiam. Talvez por isso a volta à classe média e seus tabus, depois de tantos anos, não fosse algo simples.” (Leite, 2009, p 152)

Juliano (2005) enfatiza também que a maioria das feministas tem uma visão preconceituosa, pois não reconhece a prostituição como trabalho e repudia a exploração do trabalho que acarreta. As prostitutas são vistas, por algumas correntes femininas radicais, como vítimas, carentes de projetos pessoais e necessitadas de uma intervenção externa que lhes tire dessa situação. É um discurso abolicionista, que pretende salvar as mulheres da escravidão que

a prostituição as proporciona, negando sua capacidade de decisão e de atuação voluntária nesse meio.

Essa visão está contaminada com a posição das primeiras feministas em relação à prostituição e sua posição social. Kushnir (1996) afirma que desde 1881 há uma expansão de atividades filantrópicas de senhoras de classe média norte-americana e européia que se dedicam à questão, colocando-a como uma ação entre mulheres em busca de socorro. A Jewish Association for the Protection of Girls and Women (JAPGW) fazia parte da comunidade judaica internacional que tinha como finalidade a salvação de moças ligadas à prostituição. Além das feministas judaicas, a Igreja Católica também possuía um discurso direcionado à salvação e a recuperação das mulheres perdidas.

Em outro trabalho, Juliano (2004) afirma que existem pelo menos três razões que indicam a necessidade de uma visão menos vitimista da prostituição por parte das feministas, o que permitiria uma associação mais igualitária e estreita entre esses dois grupos. As razões são:

Coerência lógica: a atividade sexual não é desvalorizada em si e cobrar por um trabalho é algo legítimo, gerando uma contradição quando não há a união de ambos. Ver a prostituição como degradante em si ou como fruto de coação impede que se visualize a capacidade de escolha das prostitutas e as múltiplas formas como o trabalho se configura.

Coerência ideológica: ser feminista implica em uma visão das mulheres como agentes sociais ativas capazes de agir com um nível de autodeterminação. Negar que as prostitutas possuam tais características é incoerente.

Reconhecimento da potencialidade de questionamento da prostituição: a visão de prostitutas como responsáveis por manter o sistema patriarcal deixa de lado que todas as instituições (família, organização laboral, sistema legal) que se inserem nesse sistema também o garantem, não o destruindo. A prostituição tem duas funções nesse sistema: delimitar os lugares das mulheres (controlando suas condutas) e silenciar as prostitutas (vistas como perigosas ao sistema, manipuladas ou incapazes), motivo este pelo qual há um estigma associado ao não reconhecimento da capacidade de questionamento.

As feministas, portanto, criaram um estereótipo da prostituta que vai de encontro aos seus princípios de liberdade feminina de ação e expressão. A

vitimização e a inferiorização da prostituta são dois rótulos que estigmatizam a categoria e não permite uma união entre as classes.

Neste capítulo, pode-se observar o quanto se estigmatiza a imagem da mulher prostituída, eliminando de sua vida possíveis outros papéis. Ainda é difícil ter uma imagem da mulher prostituta estar com seus filhos ou casada, levando uma vida dita comum. Conforme foi visto, essa vida é possível, pois há uma separação entre dois mundos: o meio prostitucional e a vida familiar. Eles não se misturam. A prostituição é um trabalho para as mulheres, um meio de ganhar dinheiro para sustentar e dar uma condição de vida razoável para seus filhos e família. Porém, como se trata de uma profissão sem valor social, a tendência é que haja uma discriminação dessa mulher. No mundo familiar, ela é uma mulher como outra qualquer, podendo ser boa mãe, boa filha, boa esposa e ótima dona de casa. A maioria das vezes, as pessoas ao seu redor não tem noção da real profissão daquela mulher, devido a sua discrição. A partir do momento que se descobre a atividade laboral, passam a discriminá-la, menosprezar seus filhos, evitando contatos em geral por ser má influência. Portanto, o estigma está lançado e a mulher passa a ser penalizada. Observa-se, então, o quanto se impõe uma identidade a mulher prostituída, como se ela fosse prostituta 24 horas do seu dia. Não se faz isso com outras profissões. Não se encara a prostituição como profissão ainda hoje, mesmo ela já tendo registro na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). E por não ser considerada uma profissão “digna”, a pessoa que a exerce deixa de ser digna e volta a ter a mesma imagem social antiga: a de escória da sociedade. Mais intolerável ainda é aquela que está ali por opção, preferindo a prostituição a qualquer outra atividade. Nem sempre se pensa que outras profissões não pagam o dinheiro que ela recebe por um dia de programa. O livre-arbítrio é o mais difícil de ser tolerado, ela está ali por que quer e não porque a exploram. Algumas tem orgulho do que fazem e sabem que isso não as fazem menos mulher. Cabe à sociedade mudar sua forma de análise: o ser humano, ou melhor, a identidade de cada um, tem que ser a base do que é observado, suas razões e desejos, diminuindo assim, quem sabe, um pouco do preconceito social.